



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.
Fls. 01

PROJETO DE LEI Nº 278/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO AVOIAMENTO À D.L.

Em, 04 ABR. 2011

1º Secretário

Súmula: Denomina de SAID FELÍCIO FERREIRA o Hospital Universitário de Maringá-UEM.

Art. 1º - Fica denominado de SAID FELÍCIO FERREIRA o Hospital Universitário de Maringá-UEM.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

DR BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Natural de Dois Córregos (SP) e formado pela Universidade Federal do Paraná, Said era médico e foi prefeito de Maringá por dez anos – de 1983 a 1988 e de 1993 a 1996. No intervalo dos mandatos como prefeito, foi deputado federal, de 1991 a 1992. Ele também foi presidente da Sociedade Médica de Maringá na década de 60. Atualmente, se dedicava às atividades no Hospital São Marcos, onde era diretor.

Entre as obras de Said Ferreira estão a conclusão do Conjunto Santa Felicidade -- que colocou um fim às favelas da cidade -- e a construção do Conjunto Requião. "Ele foi o responsável pela erradicação das moradias precárias na cidade e ficou muito querido pelo povo", diz o historiador Reginaldo Dias.

Com exatos dez anos de mandato, Said foi o prefeito que ficou mais tempo no cargo em Maringá. O segundo é João Paulino Vieira Filho, que a exemplo de Said, teve dois mandatos -- um de seis e outro de quatro anos --, mas que deixou o segundo mandato a oito meses do término para disputar eleição para deputado.

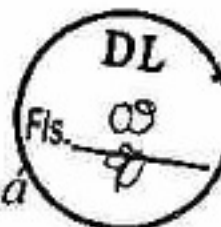
Said chegou em Maringá no início dos anos 60, vindo de Atalaia, onde tinha um hospital. Seu envolvimento com a política local começou em 1964, quando foi candidato a vereador. Em 1976, foi candidato a prefeito e acabou como o terceiro mais votado. "Essa forte votação em 1976 o fez chegar bem nas eleições de 1981, o que garantiu seu primeiro mandato", recorda Dias.

A implantação dos cursos de Medicina e Odontologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM) também é atribuída ao empenho pessoal de Said. A participação do ex-prefeito na conquista já lhe rendeu homenagens por parte da própria universidade.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 278/11

Projeto de Lei nº 278/11

Autor: Deputado Dr. Batista

Súmula: Denomina SAID FELÍCIO FERREIRA
o Hospital Universitário de Maringá – UEM.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DO HOSPITAL DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ.
POSSIBILIDADE. ART. 65 E 238, DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 33 e 124
DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 55 DA
LEI 8761/88. RESPOSTA DA DILIGÊNCIA À
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CONSTATANDO QUE NÃO ENCONTRA
ÓBICE PARA A DENOMINAÇÃO
SUGERIDA. CONSTITUCIONAL E LEGAL
APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

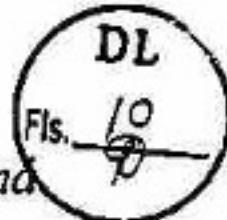
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado
Dr. Batista, objetiva denominar o Hospital Universitário de Maringá de SAID
FELÍCIO FERREIRA.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão
de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do
REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,
verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,
bem como a técnica legislativa ora utilizada;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 - A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Neste mesmo sentido, dispõe o artigo 124 do REGIMENTO INTERNO DESTA CASA:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei. É vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Conforme Justificativa, o homenageado era médico e foi presidente da Sociedade Médica de Maringá na década de 60, após foi prefeito de Maringá por dez anos (de 1983 a 1988 e 1993 a 1996), tendo sido também deputado federal (de 1991 a 1992). Justifica ainda o autor que "a implantação dos cursos de Medicina e Odontologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM) também é atribuída ao empenho pessoal de Said".

Ademais, conforme diligência da Secretaria de Estado da Saúde, o "assunto não encontra óbice na avaliação técnica ou administrativa desta Secretaria de Estado da Saúde - SESA".

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça*

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista a **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** do projeto, bem como o parecer da Secretaria de Estado da Educação, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 07 de agosto de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

APROVADO 0319



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 278/2011

Projeto de Lei nº 278/2011
Autor: Deputado Dr. Batista

Súmula: Denomina de Said Felício Ferreira o Hospital Universitário de Maringá - UEM.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 278/11, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por escopo denominar de "Said Felício Ferreira o Hospital Universitário de Maringá - UEM", prestando uma justa homenagem a um ilustre cidadão paranaense.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 278/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa denominar de SAID FELÍCIO FERREIRA o Hospital Universitário de Maringá - UEM. Tal denominação se da ao fato de SAID ser um ilustre cidadão, na época proprietário de um conceituado Hospital. Se envolveu na área política em prol da População de Maringá, sendo eleito prefeito do município, deputado federal, presidente da Associação Médica de Maringá na década de 60, oportunidade em que desenvolveu um importante trabalho na área médica, em especial na conquista pela implantação do Curso de Medicina na Universidade Estadual de Maringá.

Cumprе a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento de um Estado e brilhantes idéias para o Paraná. O Projeto de Lei 278/2011 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos no que se refere ao seu mérito para seguir sua tramitação.

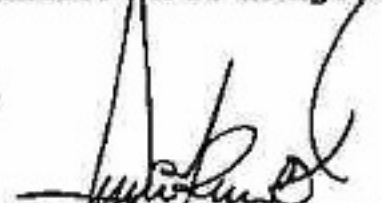
IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e, pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta homenageia um ilustre cidadão por um trabalho espetacular que desenvolveu em Maringá, conquistando inclusive a implantação do Curso de Medicina para a UEM.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 278/11, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 15 de Agosto de 2012.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Ademir Bier

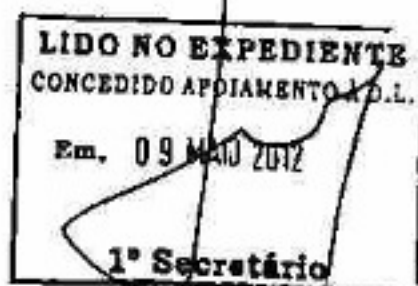
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 204¹²/2011



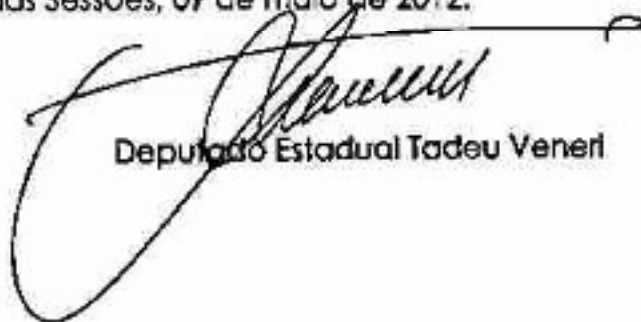
Súmula: Institui o dia 21 de setembro Dia dos Trabalhadores do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º. Fica instituído o Dia dos Trabalhadores do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados do Estado do Paraná, que será comemorado, anualmente, no dia 21 de setembro.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2012.


Deputado Estadual Tadeu Veneri

15135 09-05-2012 002767 001 ISSUML12 (161947)PR 00 115320



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir o dia 21 de maio como Dia dos Trabalhadores do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados do Estado do Paraná no Calendário Oficial.

A comemoração visa contemplar e homenagear todas as funções do processo de produção do setor têxtil, vestuário, couro e calçados do Estado do Paraná, que abrangem diretamente costureiras, alfaiates, dentre outros.

A data simbolicamente representará as lutas e conquistas da categoria das trabalhadoras e trabalhadores por melhores condições de vida, salários, condições de trabalho e, sobretudo, dignidade.

Desta forma, espera-se o apoio e aprovação dos(as) Nobres Parlamentares para fortalecer esta importante categoria de trabalhadores(as) do nosso Estado.

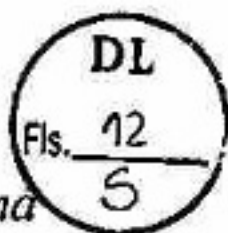
Sala das Sessões, 09 de maio de 2012.



Deputado Estadual Tadeu Veneri



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 204/2012

Projeto de Lei nº. 204/2012

Autora: Deputado Estadual Tadeu Veneri

Súmula: Institui o "Dia 21 de setembro dia dos trabalhadores do setor têxtil, vestuário, couro e calçados do Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O "DIA 21 DE SETEMBRO O DA DOS TRABALHADORES DO SETOR TEXTIL, VESTUÁRIO, COURO E CALÇADOS DO ESTADO DO PARANÁ". COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, objetiva instituir o dia 21 de setembro o "Dia dos Trabalhadores Têxtil, vestuário, couro e calçados do Estado do Paraná".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

52ª A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a Iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

¹ DE MORAES, Alexandra. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 15
5

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 63 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.



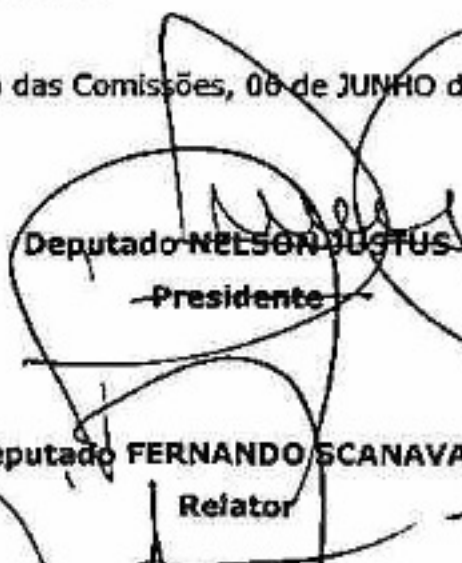
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 16
5

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de JUNHO de 2012.


Deputado NELSON AUGUSTUS
Presidente

*Caio Quintana
vice-presidente*


Deputado FERNANDO SCANAVACA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado André Bueno
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER PROJETO DE LEI Nº 204/12

AUTORES: DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR: DEPUTADO DUILIO GENARI.

SÚMULA: INSTITUI O DIA 21 DE SETEMBRO DIA DOS TRABALHADORES DO SETOR TÊXTIL, VESTUÁRIO, COURO E CALÇADOS DO ESTADO DO PARANÁ.


JUSTIFICATIVA

Uma justa homenagem aos trabalhadores dessa classe, simbolizando as lutas e conquistas da categoria

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2012.




DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO



DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



DEPUTADO TADEU VENERI





COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 204/2012

AUTOR: DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Institui o Dia 21 de Setembro
Dia dos Trabalhadores do Setor Têxtil,
Vestuário, Couro e Calçados do
Estado do Paraná.

Ementa: Instituição Data
Comemorativa Trabalhadores Setor
Têxtil. Aprovação.

Fundamentação:

Trata-se de inclusão de data comemorativa no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

A proposição já foi apreciada nas Comissões de Constituição e Justiça e de Indústria e Comércio, onde foi aprovada por unanimidade.

Ante a luta histórica dos trabalhadores do setor têxtil, couro e calçados por direitos da categoria, deve-se igualmente aprovar nesta Comissão a instituição de data comemorativa, no dia 21 de setembro de cada ano.

Desta forma, opino pela aprovação pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da proposição n.º 204/2012.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2012.

Deputado Ney Leprevost
Vice-Presidente

Deputado Waldyr Pugliesi
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

DL
Fls. 0248

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

PROJETO DE LEI nº

314/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 JUL. 2012

Ruy
1º Secretário

Súmula: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Pr. Advanir Alves Ferreira.

Art. 1º. Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Pr. Advanir Alves Ferreira.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 2012.

Edson
PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual / PRB

1438 82/87/2012 004162 DP RESENHA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK



"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

JUSTIFICATIVA

Advanir Alves Ferreira é pastor da IPRB desde 17/08/1985, quando fora recebido pelo Presbitério de Maringá. Sendo natural de Londrina/PR, onde nasceu no dia 01 de dezembro de 1956, é casado com Jucieni Aguiar Ferreira e tem dois filhos.

Formado em Economia pela Universidade de Maringá, sendo, posteriormente, professor nesta mesma Universidade, onde lecionou Introdução à Economia. Atuou na área administrativa como Secretário da Administração Municipal de Maringá/PR, por quatro anos. Em 2008, concluiu o doutorado em Liderança e Administração Cristã, pela Faculdade Teológica Sul Americana.

Exerceu o cargo de Primeiro Secretário da IPRB, sendo ex-professor do Seminário Presbiteriano Renovado de Cianorte. É Presidente do Presbitério de Maringá, sendo também Presidente da IPRB desde 2001.

Foi eleito pela XIV Assembleia Geral, realizada em Anápolis/GO, em janeiro de 2001, tendo sido reeleito, em dezembro de 2003, pela XV Assembleia Geral, realizada em Sumaré, SP, para o triênio 2004/2006.

Em dezembro de 2006 foi reeleito, pela XVI Assembleia Geral, realizada em Luziânia/GO, para triênio 2007/2009. Novamente foi reeleito em dezembro de 2009, pela XVII Assembleia Geral, realizada em Poços de Caldas/MG, para o triênio 2010/2012.

O Pr. Advanir merece reconhecimento, digno de honras, aplausos, por serviços importantes prestados a sociedade paranaense.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 314/2012

Projeto de Lei nº 314/2012

Autor: Deputado Pastor Edson Praczyk

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ AO PASTOR ALVES FERREIRA.

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao **PASTOR ADVANIR ALVES FERREIRA**.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da Informação da Liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito (fls. 04).

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei, tendo sido anexado ao presente projeto de lei todos os requisitos exigidos na legislação pertinente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



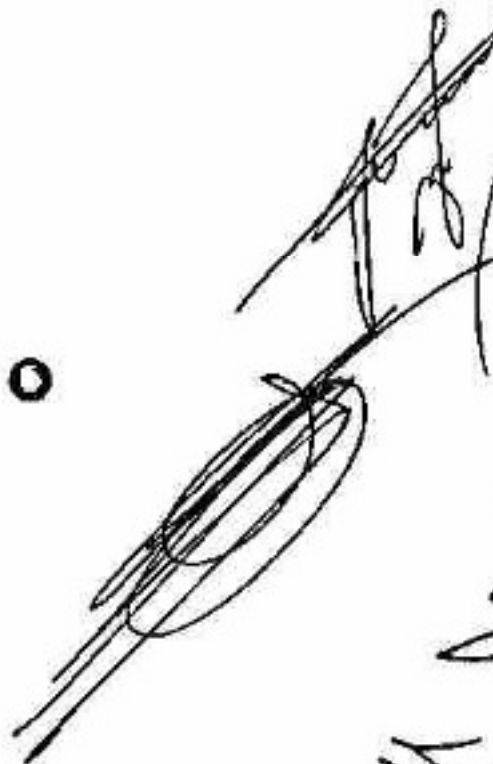
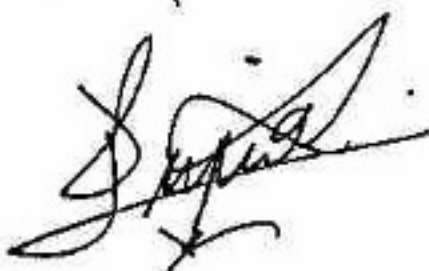


CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR





APROVADO

unanimemente 08/08/12

~~PROJETO DE LEI~~

Nº 460/12

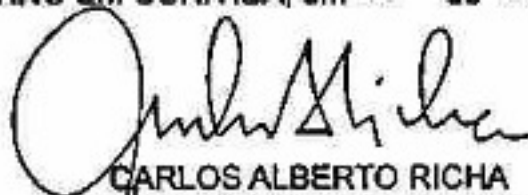
Súmula: Dispõe sobre a estadualização da Estrada Municipal que liga a sede do Município de Coronel Domingos Soares à PR-449.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a Estrada Municipal que liga a sede do Município de Coronel Domingos Soares à PR-449, passando pela ponte sobre o Rio Chopim, com extensão total de 27,3 km, sendo 8,76 km pavimentados e 18,54 km não pavimentados.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 06 de setembro de 2012


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 10 SET. 2012

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 057 /2012

Curitiba, 06 de setembro de 2012

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 05/09/2012

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a Estrada Municipal que liga a sede do Município de Coronel Domingos Soares à PR-449, passando pela ponte sobre o Rio Chopim, com extensão total de 27,3 km, sendo 8,76 km pavimentados e 18,54 km não pavimentados.

Justifica-se a escolha do referido trecho para ser incorporado à malha rodoviária estadual por se tratar da conexão mais direta da população residente no Município de Coronel Domingos Soares com os serviços urbanos oferecidos pela cidade-polo de Palmas.

A transferência para o poder público estadual propiciará a condição de pavimentação do trecho de 18,54 km e de conservação e manutenção constantes de todo o segmento, oferecendo à população local a garantia de trafegabilidade com segurança e rapidez.

Além disso, a pavimentação acarretará maior incentivo à instalação de indústrias ao longo do referido segmento, bem como melhorias no escoamento agrícola, possibilitando ao Governo do Estado desenvolver ações que garantam avanços positivos nos indicadores econômicos e sociais da região.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICA
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/ProL 7.992.862-3



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 460/2012

Projeto de Lei n°. 460/2012

Autor: Poder Executivo - Mensagem n° 057/12

Súmula: Dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a sede do município de Coronel Domingos Soares à PR-449.

EMENTA: ESTADUALIZAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES À PR-449. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

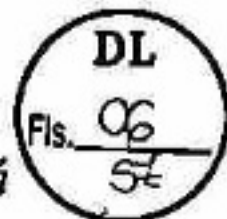
O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por escopo estadualizar a Estrada Municipal que liga a sede do Município de Coronel Domingos Soares à PR-449, passando pela ponte sobre o Rio Chopim, com extensão total de 27,3 km.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 08
57

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vishumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

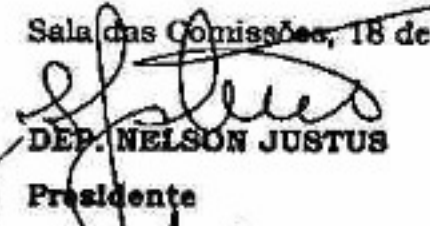
Destarte, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. NEREU MOURA
Relator




APROVADO
18/09/12



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 460 /2012

Projeto de Lei nº 460 /2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 057/12

Súmula: Dispõe sobre a estadualização da Estrada Municipal que liga a sede do Município de Coronel Domingos Soares à PR-449.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 460/12, de autoria do Poder Executivo tem por escopo dispor sobre a estadualização da Estrada Municipal que liga a sede do Município de Coronel Domingos Soares à PR-449 no Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 460/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa autorizar o Executivo a estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a Estrada Municipal que liga a sede do município de Coronel Domingos Soares à PR - 449, passando pela ponte sobre o Rio Chopin, com extensão total de 27,3 Km, sendo 8,76 km pavimentados e 18,54 km não pavimentados.

O presente projeto visa incorporar à malha rodoviária estadual por se tratar de conexão mais direta da população residente no Município de Coronel Domingos Soares com os serviços urbanos oferecidos pela cidade polo de Palmas.

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

Desta Forma, é evidente destacar o mérito da matéria em questão, relevando a importância de tal proposição para investimentos de âmbito estadual no trecho citado. O Projeto de Lei 460/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 460/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 18, de Setembro de 2012.

Francisco Bultr
Presidente da Comissão

Adelino Ribeiro
Relator



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

462/12

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Centro de Convivência Arte & Vida – CECAV, do imóvel que especifica.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

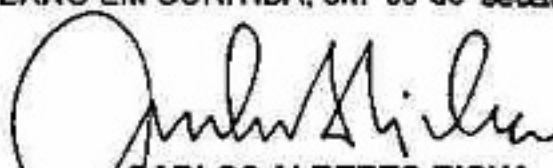
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de uso, ao Centro de Convivência Arte & Vida – CECAV, do imóvel constituído pelas datas de terras nºs 13 a 16, da quadra nº 25, com área de 2.538,84 m², descrito na transcrição sob nº 5.801 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas.

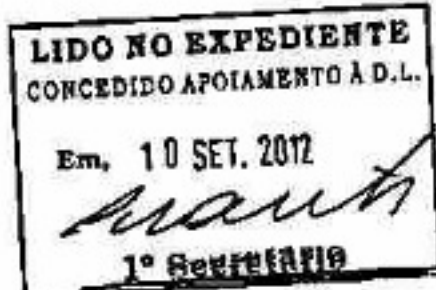
Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento do Centro de Convivência Arte & Vida – CECAV, retomando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 06 de setembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM

Nº 054 /2012

Curitiba, 06 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 07 de Setembro de 2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a Cessão de uso, ao Centro de Convivência Arte & Vida - CECAV, do imóvel constituído pelas datas de terras nºs 13 a 16, da quadra nº 25, com área de 2.538,84 m², descrito na transcrição sob nº 5.801 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas.

O Centro de Convivência Arte & Vida – CECAV é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na cidade de Arapongas/Paraná e atua há sete anos no atendimento de crianças, adolescentes, jovens e idosos da comunidade daquela cidade. Desde o princípio são ofertadas oficinas de: Ballet Clássico, Hip Hop e Capoeira. Com o passar do tempo outras oficinas como o Circo, a Ginástica Rítmica e o karatê passaram a integrar o currículo da Entidade. As oficinas citadas são ministradas em contra turno escolar em sede alugada.


O objetivo daquele Centro de Convivência é favorecer o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens utilizando-se de oficinas sócio-assistencial-cultural como ferramentas pedagógicas na complementação do saber escolar e na construção de conhecimentos que ampliem as potencialidades para o resgate e o exercício da cidadania.

A medida ora proposta atende aos elevados interesses públicos eis que aquela Entidade utilizará o referido imóvel, caso essa Casa de Leis autorize a pretendida cessão de uso, como espaço para a prática cultural, de recreação e lazer, propiciando assim a retirada daquelas pessoas das ruas no período em que não estão na escola, motivando-as ao aprendizado social e cultural.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJE/Prot Nº 11.271.893-1

Vale mencionar ainda que no texto do anteprojeto de lei em referência constam dispositivos expressos no sentido de que a vigência da cessão será até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes e que o referido imóvel retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa da prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 462/2012

Projeto de Lei nº 462/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 054/2012

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Controle de Convivência Arte & Vida, do imóvel constituído pelas datas de terras nº 13 a 16, da quadra nº 25, com área de 2.538,84m², descrito na transcrição sob nº 5.801 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas.

EMBASAMENTO JURÍDICO

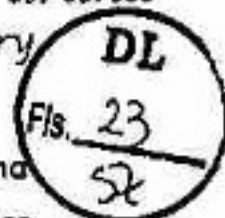
O chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o fato da entidade tratar-se de assistência sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

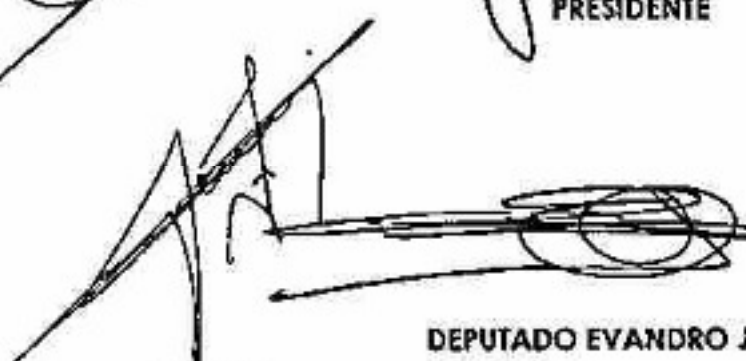
DL
Fls. 24
51




Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

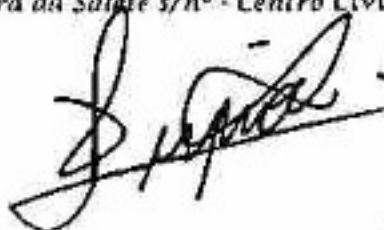

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR




APROVADO

unanimos 18/09
Ag

Praca Nossa Senhora da Safate s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 462/2012

Projeto de Lei nº 462 /2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 054/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Centro de Convivência Arte e Vida – CECAV, do imóvel que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 462/12, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo autorizar o Executivo a efetuar a Cessão de imóvel, ao Centro de Convivência Arte e Vida – CECAV, com sede e foro na Cidade de Araçongas-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 462/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel ao Centro de Convivência Arte e Vida – CECAV. O centro é uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Araçongas e atua durante sete anos no atendimento de crianças, adolescentes, jovens e idosos da comunidade em seu município. Vale mencionar que o projeto disciplina a vigência da cessão do imóvel até o dia 31 de Dezembro de 2022, podendo ser prorrogado mediante consenso das partes, bem como retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Cumprindo a nós destacar que “Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para que este projeto possa seguir sua tramitação.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população, é um trabalho pelo bem comum que após análise realizada, passa a ter apoio dos membros desta comissão.


IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão. A população estará apenas ganhando com este projeto, permitindo que o Centro de Convivência Arte & Vida - CECAV, possa dar continuidade ao seu trabalho assistencial em um espaço específico para seu desempenho, restando evidências de que referida proposta trará somente benefícios indiscutíveis a toda população e ao município de Arapongas.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 462/2012, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 18 de Setembro de 2012.


Francisco Buhler

Presidente da Comissão


Teruo Kato

Relator